

Impasse logo na primeira votação do plenário

Centrão fica à frente sem conseguir maioria absoluta para o preâmbulo e entendimento pode vir

Deu impasse na primeira votação do Plenário da Assembleia Nacional Constituinte. O Centrão conseguiu 248 votos para sua proposta de preâmbulo, contra 227. Mas não chegou aos 280 votos necessários para aprovação da matéria. Com isso, aproximou-se também o primeiro buraco negro da Constituinte, forçando uma negociação. A noite, fixou-se uma base para entendimento que pode ser sacramentada hoje pela manhã.

O resultado constituiu uma surpresa para os coordenadores do Centrão, que consideravam pacífica a aprovação de seu texto. O deputado Dasso Colmbra (PMDB-RJ), coordenador de mobilização do grupo, previra pouco antes da votação a presença de 297 centristas. Divulgado o resultado, Dasso negou que houvesse um racha no Centrão, que catalizara ainda a grande maioria de seus membros, mas admitiu a existência de "algumas fissuras".

Na opinião do líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), este resultado é uma prova de que o Centrão é uma "flicção política" que teve unidade para votar o regimento, mas encontrará "profundas dificuldades" para mantê-la nas questões substantivas. Ele acredita que a falta de quorum vai se repetir ainda várias vezes, mesmo em votações polêmicas, como a da questão da estabilidade. "O PTB, por exemplo, já avisou que não votará na proposta de estabilidade do Centrão", lembra Brandão.

O preâmbulo costuma ser considerado, pelos não iniciados em matéria constitucional, como uma série de princípios e enunciados que não alteram em nada a vida do cidadão. Mas para o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), um dos líderes do Centrão, este raciocínio é completamente equivocado. "O Preâmbulo é a afirmação dos valores básicos que indiretamente orientam a Constituição", comenta ele.

O primeiro impasse da Constituinte, surgiu logo na primeira votação, foi provocado por uma frase

do segundo parágrafo do texto do preâmbulo apontado na Comissão de Sistematização. O projeto diz que "os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos, ou diretamente pelo povo". Na opinião de Bonifácio de Andrada, este texto dá "muita ênfase" à democracia direta — plebiscitos, por exemplo — a nível nacional, o que ele considera ruim. "Nós defendemos a democracia direta a nível municipal. A nível nacional, num país com as características do nosso, os referendos vão ser dominados pelo poder econômico".

Segundo o líder Brandão Monteiro, as esquerdas procuraram um acordo com o Centrão para que este parágrafo, que também faz referência ao povo como fonte da soberania, fosse acrescentado à proposta do grupo. O texto surgiu desta negociação, caso ela tivesse sido aceita pelo Centrão, poderia ter obtido até a unanimidade dos votos, evitando o impasse, além de acelerar o processo de votação.

Agora, tudo fica suspenso até às 14 horas de hoje quando vai começar a sessão onde a proposta do Centrão será colocada novamente em votação. Caso ela não consiga quorum mais uma vez, o que é bastante provável, será votado o texto do relator. Se ele também não obtiver 280 votos a favor, os trabalhos serão suspensos mais uma vez, por 48 horas, a fim de que se chegue a um texto de consenso.

Conforme o tema em questão e os ânimos dos grupos envolvidos na busca do entendimento, 48 horas podem ser um prazo insuficiente para se chegar a um acordo. Neste caso, encerrado o prazo, o texto da maioria é colocado mais uma vez em votação, e o processo todo se repete, inclusive o intervalo de 48 horas caso não se chegue ao consenso. Isto quer dizer que o desejo do presidente Ulysses Guimarães de promulgar a nova Constituição em 21 de abril pode ser mesmo um sonho impossível, a não ser que ele consiga contagiar todas as lideranças com seu espírito de negociador.

Evangélicos levam culpa

Os principais líderes do Centrão dividiram-se na avaliação das causas do insucesso na arrecadação de seus membros para a votação do preâmbulo da Constituição. O deputado Luiz Eduardo (PFL-BA) culpou os evangélicos pelo mau resultado. Ele admitiu que os próprios líderes do grupo não sabiam que os 40 protestantes desejam a colocação da palavra "Deus" logo no início do texto — razão pela qual votaram contra o substitutivo, que só incluía "Deus" no final.

Já o deputado Ricardo Flúza (PFL-PE) atribuiu o fracasso a erros de orientação dos coordenadores de plenário na hora da votação. Para apresentar sugestões de voto às propostas da pauta, foram destacados ontem os deputados Roberto Jefferson (PTB-SP) e José Lourenço (PFL-BA), líder de seu partido na Câmara.

Eles chegaram a distribuir uma planilha contendo todas as emendas que poderiam ser colocadas em votação, com as três alternativas: "possibilidade de negociação", "sim" e "não". Mas nem com tanta organização os coordenadores conseguiram os 280 votos exigidos. Com três alternativas de votos, os centristas acabaram se dividindo. "Nosso pessoal não entendeu a orientação. Eles se esqueceram de que teriam de optar por uma mesma alternativa para alcançar 280 votos", reconheceu Flúza.

Ao contrário do que se previa, a sessão começou tranquila. Logo no início, os coordenadores do PMDB e das esquerdas — Mário Covas e Antônio Mariz nesta primeira sessão — tentaram um entendimento com os líderes do Centrão no sentido de anear o preâmbulo do grupo a parte do texto da Comissão de Sistematização que prevê a democracia direta e a participação popular no processo político.

A proposta de acordo pretendia preservar a expressão: "A soberania reside no povo, que é a fonte de todo poder; os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos, ou diretamente pelo povo". O Centrão não aceitou o acordo, que seria possível com a aprovação de emenda do deputado José Guedes (PMDB-RO). O grupo entende que a democracia direta em lugar da democracia representativa não condiz com a realidade brasileira, pois poderia privilegiar a representação popular, especialmente o Poder Legislativo.

— Este negócio de democracia direta é uma aberração. No mundo inteiro is-

GIVALDO BARBOSA



Tensos, os dirigentes do Centrão examinaram no plenário mesmo os resultados da primeira votação

Para Dasso, a emenda será aprovada hoje

O Centrão precisava ontem à tarde de 280 votos para aprovar a sua proposta de preâmbulo, mas conseguiu 248. Dentre os 306 constituintes registrados na secretaria do Centrão como integrantes do grupo, 24 votaram contra a emenda. Outros 4 se abstiveram e 30 não votaram. O painel eletrônico também não registrou o voto do deputado Amaral Netto.

Segundo o deputado Dasso Colmbra, responsável pela mobilização do grupo, esse quadro não se repetirá, hoje, quando a emenda do Centrão será submetida novamente à votação. Ele garante que dessa vez alcançará com tranquilidade os 280 votos. Na opinião do deputado, a primeira derrota do Centrão foi resultado da falta de articulação. "Eu

coloque o pessoal no plenário, eles ficam perambulando, sem ninguém para orientá-los". Dasso Colmbra garantiu ainda que as baixas do Centrão não são relacionadas com questões religiosas. Segundo ele, os comentários que circularam no plenário de que a maioria dos desertores eram evangélicos não passaram de boato. "Todos os evangélicos do Centrão votaram Sim", afirmou.

O computador do Centrão trabalhou intensamente durante todo o dia de ontem. Minutos antes da votação ser iniciada, ele registrava que 11 constituintes não haviam chegado a Brasília. O computador acusava, por exemplo, que o deputado Francisco Amaral (PMDB-SP) já estava a caminho, em um jatinho. O

deputado chegou a tempo, mas votou contra a proposta do Centrão. Ainda de acordo com os registros do computador, dos 30 parlamentares que não votaram, 19 se encontravam no plenário no momento em que a emenda foi submetida à votação. Mesmo que esses 19 votassem a favor da proposta, o quorum de 280 votos, necessário para a aprovação, não seria obtido. O deputado Dasso Colmbra está contando com a presença de 11 constituintes que ontem estavam viajando. Para aprovar a emenda, o Centrão vai precisar — além dos 11 — de mais dois votos. Para isso, o grupo espera convencer alguns dos rebeldes que ontem disseram NÃO, quando deveriam dizer SIM à emenda.

Segundo Aureliano, o atraso na promulgação da futura Constituição causará uma grande frustração na sociedade, já que o texto final balizará a vida política e econômica nacional. Depois de concluírem os seus esforços na votação das emendas constitucionais, o ministro alertou para o fato de que o País está sujeito, devido ao atraso, a não realizar eleições municipais.

Aureliano Chaves criticou a hipótese de o governo federal negociar com os adeptos de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney cargos de segundo ou terceiro escalão.

O ministro das Minas e Energia classificou de simpática a ideia de realização de um plebiscito, sugerido pela Fiesp, para a população se manifestar sobre a duração do mandato presidencial, sistema de governo, eleições gerais e voto distrital.

Aureliano: as eleições/88 correm risco

Belo Horizonte — O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, admitiu ontem que se os parlamentares constituintes não imprimirem um ritmo mais acelerado na elaboração da nova Carta brasileira, o País corre o risco de não realizar eleições municipais este ano.

Segundo Aureliano, o atraso na promulgação da futura Constituição causará uma grande frustração na sociedade, já que o texto final balizará a vida política e econômica nacional. Depois de concluírem os seus esforços na votação das emendas constitucionais, o ministro alertou para o fato de que o País está sujeito, devido ao atraso, a não realizar eleições municipais.

Aureliano Chaves criticou a hipótese de o governo federal negociar com os adeptos de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney cargos de segundo ou terceiro escalão.

O ministro das Minas e Energia classificou de simpática a ideia de realização de um plebiscito, sugerido pela Fiesp, para a população se manifestar sobre a duração do mandato presidencial, sistema de governo, eleições gerais e voto distrital.

Passarinho prega o entendimento

O presidente do PDS senador Jarbas Passarinho (PA), dirá hoje à bancada partidária que é necessário encontrar o consenso que permita apressar a votação da nova Constituição porque, continuando o impasse e o radicalismo, a Constituinte não concluirá seus trabalhos antes de dezembro.

Acha o presidente do PDS que não houve, ainda, um esforço real em busca do consenso e que a Constituição, se for votada num clima de radicalismo, apresentará a vontade do grupo majoritário no Congresso Nacional, mas não os anseios de todo o País.

MANDATO

A convocação de Executiva e da bancada foi acertada depois de encontro de Passarinho com o deputado Victor Faccioni (PDS-RS), que alertou para o desgaste da imagem do político com o fracasso da reunião de ontem. Não é possível, a seu ver, que após três meses de entendimentos e reuniões a votação não tenha sido concluída porque nenhum dos grupos atingiu o quorum mínimo.

Passarinho entende que há um defeito fundamental no regime aprovado para a Constituinte. E que, na sistemática parlamentar, quem pede destaque tem de colocar em plenário o número mínimo para a aprovação. Se não o fizer, permanecerá o texto em votação.

Ulysses teve também uma tirada de bom humor, quando respondeu questão de ordem do deputado Luiz Alberto (PMDB/MG), que tentava lhe provar que, regimentalmente, o presidente tem o direito de votar em todas as votações. Ulysses agradeceu muito "o nobre propósito de me dar votos", mas esclareceu que, segundo a tradição dita desde o Império e de acordo com outros países do mundo, o presidente da Constituinte está isento de votar, só o fazendo nos casos de empate.

AS BAIXAS

VOTARAM CONTRA A EMENDA	NÃO VOTARAM
1) Adilson Motta (PDS-RS)	1) Alysson Paulinelli (PFL-MG)
2) Alirton Cordeiro (PFL-PR)	2) Amaral Netto (PDS-RJ)
3) Alirton Sandoval (PMDB-SP)	3) Amílcar Moreira (PMDB-PA)
4) Alexandre Puzyna (PMDB-SC)	4) Antonio Ueno (PFL-PR)
5) Del Bosco Amaral (PMDB-SP)	5) Bosco França (PMDB-SE)
6) Domingos Juvenil (PMDB-PA)	6) Carlos Alberto (PTB-RN)
7) Eduardo Moreira (PMDB-SC)	7) Carlos De Carl (PMDB-AM)
8) Eraldo Trindade (PFL-AP)	8) Edvaldo Motta (PMDB-PB)
9) Erico Pegoraro (PFL-RS)	9) Eunice Michiles (PFL-AM)
10) Gerson Camata (PMDB-ES)	10) Farabulini Júnior (PTB-SP)
11) Ivo Vanderlinda (PMDB-SC)	11) Flávio Rocha (PFL-RN)
12) João da Mata (PFL-PB)	12) Homero Santos (PFL-MG)
13) Luiz Soyer (PMDB-GO)	13) Jairo Carneiro (PFL-BA)
14) Maurício Campos (PFL-MG)	14) João Alves (PFL-BA)
15) Nilton Albarnaz (PMDB-GO)	15) Joaquim Francisco (PFL-PE)
16) Paulo Zazur (PMDB-SP)	16) José Egreja (PTB-SP)
17) Roberto Torres (PTB-AL)	17) Raimundo Lira (PMDB-PB)
18) Ronaldo Aragão (PMDB-RO)	18) Raquel Cândido (PFL-RO)
19) Ronaldo Carvalho (PMDB-MG)	19) Rita Furtado (PFL-RO)
20) Stelio Dias (PFL-ES)	20) Marcos Lima (PMDB-MG)
21) Ubiratan Aguiar (PMDB-CE)	21) Hélio Costa (PMDB-MG)
22) Valmir Campelo (PFL-DF)	22) Orlando Bezerra (PFL-CE)
23) Francisco Amaral (PMDB-SP)	23) Mattos Leão (PMDB-PR)
24) Luiz Vianna Neto (PMDB-BA)	24) Assis Canuto (PFL-RO)
	25) Fábio Raunheitti (PTB-RJ)
	26) Paulo Roberto Cunha (PDC-GO)
	27) Divaldo Suruagy (PFL-AL)
	28) Paulo Pimentel (PFL-PR)
	29) Alarico Abib (PMDB-PR)
	30) Onofre Corrêa (PMDB-MA)
ABSTENÇÃO	
1) Fernando Gomes (PMDB-BA)	
2) Jorge Arbage (PDS-PA)	
3) Lael Varela (PFL-MG)	
4) Telmo Kirst (PDS-RS)	

Acordo já delineado pode sair pela manhã

Um acordo preliminar firmado ontem no gabinete do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, entre os líderes de partidos e grupos poderá viabilizar a aprovação hoje do preâmbulo e do artigo primeiro do Título I — Dos Princípios Fundamentais. Pelo acordo, será mantido para o preâmbulo o texto do Centrão e o artigo primeiro será fruto de uma fusão de emendas que inclua o conceito de democracia participativa reivindicada pelos esquerdistas.

O acordo será ratificado em nova reunião marcada para as 11 horas. Nesta ocasião, os líderes irão definir também os acordos para a votação, à tarde, de

todos os artigos do Título I — no total de cinco. Estas reuniões se tornarão um rotina daqui para frente. A sugestão partiu de Ulysses Guimarães para quem o episódio da primeira sessão do plenário indicou o caminho para viabilizar uma votação rápida do novo texto constitucional.

Na avaliação de Ulysses Guimarães, a sessão inaugural do plenário foi muito tranquila. Foram poucos os apertes, não houve tentativas de obstrução dos trabalhos e foi apresentada apenas uma questão de ordem. O presidente da Constituinte avalia que este clima vai permitir o consenso sobre a maioria das matérias em discussão e que, no final,

cerca de 11 pontos apenas serão decididos no voto. Entre eles, o sistema de governo e o mandato do presidente José Sarney.

Inflexível no cumprimento do Regimento, o presidente da Constituinte não teve muito trabalho para presidir a primeira sessão de votação do plenário.

Poucas vezes teve que fazer valer a sua autoridade. Isto ocorreu, por exemplo, com o deputado Aluizio Campos (PMDB/PB), que entendeu de pedir ao presidente uma prorrogação quando percebeu que, ao fim do tempo regulamentar, não havia terminado seu discurso. Ulysses foi implacável e tirou-lhe a palavra tocando a campainha.

Ulysses teve também uma tirada de bom humor, quando respondeu questão de ordem do deputado Luiz Alberto (PMDB/MG), que tentava lhe provar que, regimentalmente, o presidente tem o direito de votar em todas as votações. Ulysses agradeceu muito "o nobre propósito de me dar votos", mas esclareceu que, segundo a tradição dita desde o Império e de acordo com outros países do mundo, o presidente da Constituinte está isento de votar, só o fazendo nos casos de empate.

EUGÊNIO NOVAES



O entendimento começou já no plenário

Arinos dá aula sobre preâmbulo

O preâmbulo, que no projeto de Constituição não passa de 12 linhas mas já conseguiu ocupar mais de uma sessão da Constituinte para ser votado, não é uma rotina nem tem existência regular nas constituições escritas, de acordo com as explicações do professor de Direito Constitucional, senador Afonso Arinos (PFL/RJ). Ontem, ao subir à tribuna para defender a emenda do Centrão, substitutiva ao preâmbulo do projeto da Sistematização, ele fez comentários históricos a respeito da matéria, antes de se pronunciar favorável à emenda.

Foi a Constituição dos EUA a primeira a surgir com a figura do preâmbulo. Ele se resume em poucas palavras — "Nós, o povo dos Estados Unidos da América" — e não é de autoria de nenhum dos 55 membros do Grupo da Filadélfia que elaborou o texto constitucional. Talvez tenha sido incluído na Carta pelo comitê de redação encarregado de dar o acabamento à Carta, segundo Afonso Arinos. Independentemente de sua origem, o senador considera que este resumo preâmbulo é a "vi-

tória intelectual do desejo, da procura da união entre os diversos Estados que se arrogavam a autonomia e à independência. Foi uma manifestação da intenção de união federal".

Afonso Arinos lembrou que preâmbulo, que vem do latim, significa o início de uma marcha, os primeiros passos no sentido de uma direção, rumo ao futuro. Em alguns casos ele é tão importante que orienta a Constituição. O Conselho de Estado da França, por exemplo, se apóia nas palavras do preâmbulo para suas decisões.

A emenda defendida ontem por Arinos, de autoria do deputado Aluizio Campos (PMDB/PB), foi elaborada a partir das propostas da Comissão de Estudos Constitucionais, presidida pelo próprio senador com o objetivo de oferecer um texto básico para a Constituinte. Afonso Arinos lembrou ainda que o preâmbulo da Comissão foi redigido por ele, "de forma muito longa", e que apoiava o texto oferecido pelo Centrão, desde que se adicionasse o elemento que delega ao povo sua soberania.

O QUE PROPÕE O CENTRÃO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir no País um novo Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores su-

premos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social da Nação e comprometida com a solução pacífica de todas as controvérsias, tanto na ordem interna como na internacional, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

O TEXTO DA SISTEMATIZAÇÃO

Os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembleia Nacional Constituinte, afirmam o seu propósito de construir uma grande Nação baseada na liberdade, na fraternidade, na igualdade, sem distinção de raça, cor, sexo, procedência, religião ou qualquer outra, certos de que a grandeza da Pátria está na saúde e felicidade do povo, na sua cultura, na observância dos direitos fundamentais da pessoa humana, na proteção especial à criança e ao adolescente, na equitativa

distribuição dos bens materiais e culturais. Afirmam, também, que tais objetivos só podem ser alcançados com o modo democrático de convivência e de organização estatal, com repulsa a toda forma autoritária de governo, mediante a participação do povo no processo político, econômico e social.

A soberania reside no povo, que é a fonte de todo o poder; os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos, ou diretamente pelo povo.

Agora, só acordo evita buraco negro

MARIA LIMA Da Editora de Política

A primeira consequência do impasse criado logo na primeira votação do Projeto de Constituição pelo plenário é que nada poderá ser apreciado num período de 24 ou até mesmo 48 horas, quando a previsão era aprovar ontem ainda o Preâmbulo e os cinco artigos do Título I, dos Princípios Fundamentais.

E agora, o que o Regimento aprovado pelo Centrão prevê para se sair deste impasse e dar continuidade aos trabalhos da Constituinte? Em primeiro lugar, o grupo tem mais uma chance de convencer os 40 constituintes evangélicos que votaram ontem contra a sua proposta de Preâmbulo a mudarem de posição. Fracassando esta nova tentativa, a preferência é para o texto aprovado pela Comissão de Sistematização que, para ser preservado, igualmente necessita alcançar 280 votos.

Derrotando o texto da Sistematização, entra na pauta de votação as emendas destacadas sobre o assunto. Se nem assim os 559 constituintes chegarem a um acordo sobre o texto do preâmbulo, aprovando alguma emenda com 280 votos, a Constituição caminha então para o primeiro buraco negro, com um espaço não preenchido por qualquer proposta. Neste caso, o relator Bernardo Cabral entra em cena no-

vamente e deverá apresentar, num prazo de 48 horas, uma proposta intermediária negociada com as duas partes. Até mesmo esta última alternativa prevê a maioria absoluta, sob o risco de a nova Constituição ser promulgada sem um preâmbulo.

A verdade é que o Centrão foi surpreendido pela rigidez de seu próprio regimento, que, o grupo achava, iria beneficiá-lo nas votações. Com a primeira derrota em plenário, seus líderes reconhecem agora a necessidade de sentar à mesa de negociações e, se preciso, até ceder para resolver o impasse gerado pelo regimento.

Visivelmente aborrecido com a primeira interrupção imposta pelo regimento aos trabalhos de votação, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, observou que estes adiamentos estão previstos nas novas regras e não se pode fazer nada.

O regimento aprovado para a Constituinte diz expressamente que se no processo de votação do projeto em plenário a matéria destacada não alcançar o quorum qualificado de maioria absoluta — 280 votos — a sessão será suspensa, repetindo-se a mesma votação 24 horas depois. Não conseguindo número, entra o texto da Comissão de Sistematização e, pela ordem, as emendas em destaque, até um terceiro texto alternativo apresentado pelo relator em 48 horas.